



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS



PARECER PARA DISCUSSÃO EM TURNO ÚNICO
PROJETO DE LEI N.º 95, DE 2022

Autor: Prefeito Municipal

Relator: Vereador ELMAR FERNANDES DE RESENDE

I RELATÓRIO

Veio a esta Comissão de Serviços Públicos (CSP) para parecer, no prazo regimental, o Projeto de Lei n.º 95, de 2022, de autoria do Prefeito Municipal.

O projeto é formado de seis artigos, a saber:

O art. 1º autoriza o Poder Executivo a proceder desconto de valores correspondentes a contrato de prestação de serviços de saúde em folha de pagamento de servidor que aderir a planos de saúde de operadoras privadas.

O art. 2º estabelece que a operadora privada de planos de saúde, credenciada pelo Município, poderá oferecer a contratação de planos de saúde a servidor do Município, garantindo-se os descontos na folha de pagamento do servidor, nos termos do presente projeto.

O art. 3º prevê que somente será permitido o desconto em folha se o total de descontos em folha com convênios e outros contratos voluntariamente firmados pelo servidor não exceder a 30% (trinta por cento) de sua remuneração.

O parágrafo único do art. 3º ressalva que não serão contabilizados, para fins de cálculo do limite estabelecido no artigo, os valores descontados para o regime de previdência, para o Imposto de Renda e para outras contribuições de natureza compulsória.

O art. 4º enumera, nos seus incisos I ao V, as garantias que o plano de saúde deverá atender.

O art. 5º dispõe que eventual inadimplemento de servidor público, após a exoneração ou demissão, não obriga a Administração Pública ao pagamento de pendências perante o plano de saúde.

O art. 6º contém a cláusula de vigência, fixada para a data da publicação.

Este é, em síntese, o relatório.



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

II FUNDAMENTAÇÃO

A autorização prevista no projeto facilitará a contratação de plano de saúde coletivo pelos servidores, porque o desconto em folha dá mais segurança para a operadora de plano de saúde.

Com a possibilidade de desconto em folha, a operadora terá mais interesse em contratar com os servidores e, desta forma, poderá oferecer preços mais vantajosos.

Por outro lado, o projeto cuidou de trazer exigências que as operadoras de planos de saúde devem atender, para serem credenciadas pelo Município para fins de prestação de serviços de saúde aos servidores municipais.

Outro requisito importante determinado pelo projeto é a limitação do desconto em folha em 30% da remuneração do servidor. Esta previsão é bem-vinda por evitar o comprometimento excessivo da renda do servidor.

Há que lembrar que o projeto não aumenta despesa do Município, haja vista que o custo do plano de saúde será custeado integralmente pelo servidor.

Sugere-se que a Administração Municipal realize estudos sobre a possibilidade de mais adiante o Município assumir parte dos custos de plano de saúde contratados por servidores.

III CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, esta Comissão acolhe o voto do relator e conclui pela aprovação do Projeto de Lei n.º 95, de 2022.

Sala das Reuniões, 9 de setembro de 2022.

ELMAR FERNANDES DE RESENDE
Relator

MARCOS TÚLIO DA SILVA
Presidente

JOSÉ JOAQUIM PINTO (BARROSO)
Membro